

IMAGENS, LUGARES SIMBÓLICOS E IDENTIDADE: A CRIAÇÃO E A RESSIGNIFICAÇÃO DA PAISAGEM URBANA EM SÃO LUÍS, MARANHÃO

IMAGES, SYMBOLIC PLACES AND IDENTITY: THE CREATION AND RESIGNIFICATION OF THE URBAN LANDSCAPE IN SÃO LUÍS, MARANHÃO.

 Luiz Eduardo Neves dos Santos ^A

^A Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil

Recebido em: 12/07/2022 | 15/05/2023 **DOI:** 10.12957/tamoios.2024.69109

Correspondência para: Luiz Eduardo Neves dos Santos (luiz.neves@ufma.br)

Resumo

Propõe-se abordar como determinadas imagens sobre a cidade de São Luís, inseridas em uma lógica específica, materializada através de lugares simbólicos, são socialmente construídas no tempo, criando identidades, memórias e ressignificando paisagens urbanas que, por sua vez, refletem os valores e os ideais do pensamento dominante, qual seja os ligados às elites políticas e econômicas locais. Por outro lado, embora de forma incipiente, também aponta possibilidades destes mesmos lugares se constituírem como *locus* de ações comunicativas, de coexistências e de uma nova *práxis* produtora de consciência através do lugar. Para concretizar a proposta levantada, recorreu-se a uma abordagem de pesquisa exploratória e explicativa, de caráter histórico que contou com o auxílio de uma gama de referências bibliográficas, documentais e uma iconografia diversificada que tem a ver com a temática apresentada no trabalho.

Palavras-chave: Imagens; Lugares Simbólicos; Identidade; Paisagem Urbana; São Luís.

Abstract

It is proposed to address how certain images about the city of São Luís, inserted in a specific logic, materialized through symbolic places, are socially constructed in time, creating identities, memories and re-signifying urban landscapes that, in turn, reflect values and the ideals of the dominant thought, namely those linked to local political and economic elites. On the other hand, although incipient, it also points to the possibilities of these same places becoming a locus of communicative actions, coexistence and a new praxis that produces consciousness through the place. To materialize the raised proposal, an exploratory and explanatory research approach was used, with a historical character, which counted on the aid of a range of bibliographical and documental references and a diversified iconography that has to do with the theme presented in the work.

Keywords: Images; Symbolic Places; Identity; Urban Landscape; São Luís.





INTRODUÇÃO

“Imagens são o resultado de escolhas e de critérios que reúnem condições para tornar visíveis determinadas coisas (...) a força das imagens está na distância que conseguimos obter por meio delas, no potencial de reflexividade que elas nos oferecem. Por isso, é preciso aprender a ver” (Paulo Cesar da Costa Gomes, 2017. p. 133).

“É a sociedade que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar” (Milton Santos, 2002, p. 109).

Os espaços públicos são lugares de ações políticas, de contestação, debates, protestos, mas também constituem espaços simbólicos, culturais, que possuem dimensões intersubjetivas de contemplação ou repulsa. Tais lugares são objetos da ação de diversos agentes, o Estado possui o papel de criá-los e recriá-los a partir de seus propósitos e valores, o mercado imprime neles seus serviços, difundindo padrões e hábitos de consumo e a sociedade civil participa deles, usando-os e agindo conforme suas vontades, anseios e desejos.

Há toda uma produção e disseminação imagética da cidade, que evoca sentimentos pretéritos e reforça novas formas de se relacionar com objetos e nomes. São lugares simbólicos, resultado de complexos processos de criação, áreas preservadas, mercantilizadas, degradadas, aceitas ou não por seus usuários e que suscitam múltiplos significados, pois resultam em paisagens urbanas marcadas pela fragmentação, que, vista de forma agregada são um conjunto técnico de valores e sentidos.

Este trabalho propõe abordar como determinadas imagens sobre a cidade de São Luís, inseridas em uma lógica específica, materializada em lugares simbólicos, são socialmente construídas no tempo, criando identidades, memórias e resignificando paisagens urbanas que refletem os valores e os ideais de um pensamento dominante, qual seja os ligados às elites políticas e econômicas locais. Por outro lado, embora de forma incipiente, também aponta possibilidades destes mesmos lugares se constituírem como *locus* de ações comunicativas, de coexistências e de uma nova *práxis* produtora de consciência através do lugar.

Diante do exposto até aqui e para dar sustentação aos objetivos propostos, recorreu-se a uma abordagem de pesquisa do tipo exploratória, explicativa e também histórica, com o auxílio de uma gama de referências bibliográficas, documentais e uma iconografia que tem a ver com a temática apresentada. O texto se divide em duas partes principais, a saber: a primeira apresenta a produção imagética de São Luís na passagem do século XIX para o XX a partir de Álbuns fotográficos que eram até então inovações tecnológicas na época e que mostravam, de forma proposital, uma cidade higienizada, bela, moderna e aprazível. A segunda parte aborda a São Luís atual através da reforma e resignificação de espaços públicos que tem a ver com o passado, agora revalorizados pela ação estatal com o objetivo

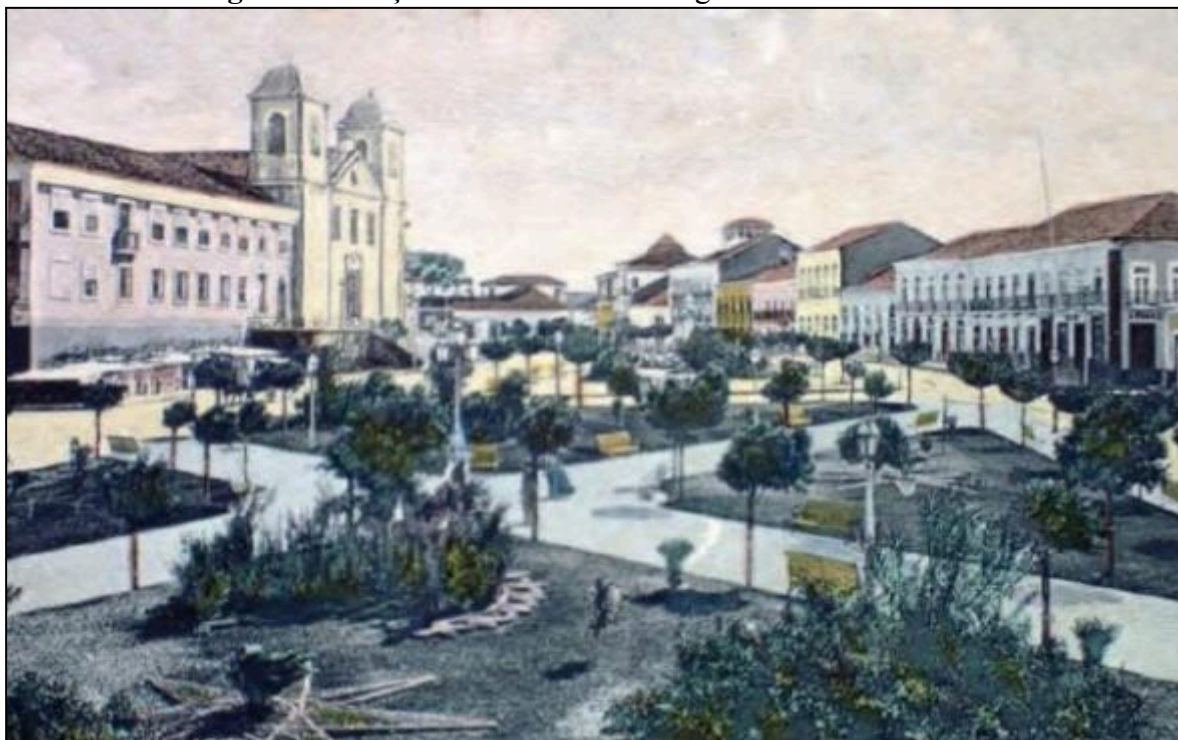


ufanista de resgatar sentimentos e simbologias através da paisagem urbana, que por sua vez tem o potencial de suscitar novos usos e relações sociais nos lugares.

IMAGENS DE SÃO LUÍS POR MEIO DOS ÁLBUNS DO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Nas primeiras décadas do século passado, São Luís foi retratada em imagens por quatro álbuns fotográficos, a saber: *Maranhão Ilustrado* (1899), *Álbum Recordações do Maranhão* (1908), *Álbum do Maranhão* (1908) e *Álbum do Tricentenário da cidade de São Luís* (1912). Segundo Silva Filho (2018), havia três referenciais no Maranhão e especificamente em São Luís que estavam impregnados no imaginário da população que alimentou o discurso simbólico dos Álbuns: o da intelectualidade e das Letras a partir da *Atenas Brasileira*; o da origem francesa da cidade de São Luís; e o da cidade industrial. Dito isto, os álbuns eram criteriosos em selecionar o que seria captado, como podemos observar na foto a seguir.

Figura 1 – Praça João Lisboa com Largo do Carmo ao fundo



Fonte: Álbum de Recordações do Maranhão (1908).

É preciso compreender as motivações dos editores e fotógrafos da época ao selecionarem alguns tipos de imagens, sem esquecer que até a metade do século XX “o controle dos meios técnicos de produção cultural envolve tanto aquele que detém o meio quanto o grupo ao qual ele serve, caso seja um fotógrafo profissional” (MAUAD, 1996, p. 08), ou seja, a produção de fotografias até meados dos anos 1950 era um privilégio, uma característica cultural das classes dominantes e daqueles que estavam a serviço delas.

Assim, pode-se inferir que os álbuns produzidos no Maranhão no início do século passado se atrelavam a visões de mundo de uma classe social mais privilegiada, como



políticos, comerciantes, editores, médicos, juizes, alguns jornalistas e intelectuais. Hobsbawm (1984), ao falar em “invenção das tradições” – representadas em formas simbólicas espaciais criadas entre os anos de 1870 e 1914 – aponta três elementos principais: “os que estabelecem ou simbolizam a coesão social; os que legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade; e as vinculadas à socialização, à inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento” (HOBBSAWM, 1984, p. 17). Nesta perspectiva, há em São Luís, no período apontado pelo historiador da Escola britânica, a invenção do mito da *Atenas Brasileira*, forjado por uma elite intelectual e política no fim do Oitocentos, com o intuito de disseminar e inculcar na sociedade uma identidade ligada ao que é culto/civilizado, uma legitimidade intelectual que evocava nomes do chamado *Grupo Maranhense (1832-1868)*, composto por vultos como o de Gonçalves Dias, Odorico Mendes, João Lisboa e Gomes de Sousa.

A concepção de *Atenas Brasileira*, destacada como mito por autores como Corrêa (2017) e Borralho (2009), figurou (e em alguma medida ainda figura) por muitos anos no imaginário¹ do ludovicense, pois proporciona(va) à população uma espécie de orgulho e diferenciação perante outras regiões do Brasil. Este mito foi marcado no espaço através de inscrições e batismos de ruas e praças, além da instauração de monumentos e estátuas em homenagem a esses vultos das letras, como já analisado por Santos (2021, p. 106-131).

Figura 2 – Teatro São Luiz



Fonte: Cunha (1908)



O ato de nomeação dos logradouros, seja pelos habitantes do lugar, seja pelos que estão no poder, nos ajudam a compreender mais sobre a história do lugar e assim preservar uma memória. Pierre Nora, ao diferenciar memória e História, forja o termo “lugares de memória”, que são como restos, resquícios de um passado que deve ser cristalizado em formas, como monumentos e símbolos. Para Nora (1993, p. 13), “os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há uma memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações (...) pois sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria”. Os lugares de memória em São Luís começaram a se formar em torno da ideia de *Atenas Brasileira*.

Nesta perspectiva, se pode inferir que, em larga medida, as fotografias produzidas no Maranhão e em São Luís no final do XIX e início do XX, representam os lugares higienizados, arborizados e com maior infraestrutura, como logradouros públicos que levam o nome de intelectuais maranhenses de renome nacional, – Praça João Lisboa, Praça Gonçalves Dias, Praça Odorico Mendes, etc. – mas mostram também prédios públicos importantes da época como o Tesouro do Estado, os Hospitais, a Biblioteca Pública, o Teatro São Luiz (Figura 2 - atual Artur Azevedo), o Palácio do Governo, e trazem ainda as imagens das fábricas, os lugares sagrados, a exemplo dos templos católicos, as ruas e as avenidas da cidade. Não obstante a predominância imagética da São Luís “moderna” há também, sobretudo no Álbum do Maranhão (1908), fotografias dos lugares periféricos e de habitantes humildes.

Figura 3 – Fábrica Martins e Irmãos, localizada próxima ao Largo de Santiago.



Fonte: Maranhão Ilustrado (1899).



Os Álbuns tinham um objetivo explícito de supervalorizar monumentos e lugares que faziam parte de um passado mítico da inteligência e do saber, e mesmo de um suposto desenvolvimento com as fábricas (ver Figura 3), o que camuflava uma decadência socioeconômica persistente na capital maranhense nas primeiras décadas do século XX em relação a outras cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo, que se modernizavam através de reformas, com modificações em suas paisagens urbanas, prédios imponentes, expansão de bondes elétricos, dentre outras características. Por isso que Silva Filho (2018, p. 162) afirma

que em São Luís, o processo de remodelação da cidade se deu de forma tímida com acréscimo de alguns elementos arquitetônicos como a instalação de platibandas nas fachadas dos telhados de quatro quedas dos antigos casarões colônias. Foram modificações tímidas que seriam feitas em construções que permaneceram com o mesmo gabarito das edificações coloniais. Por mais que houvesse um esforço dos fotógrafos em registrar elementos de uma pretensa modernidade evidenciada pela ênfase dada a elementos modernos como os trilhos do bonde e a exibição de uma locomotiva que quebrava o bucolismo da natureza selvagem. No fundo, fotógrafos e editores sabiam que tudo não passava de uma supervalorização de um passado idealizado. Onde os trilhos exibidos eram de uma companhia de Ferro Carril ainda puxada a burro, enquanto que nas grandes metrópoles o bonde elétrico já era realidade.

Desta maneira, alguns lugares na cidade eram apresentados de forma recorrente nos álbuns – a exemplo da Praça João Lisboa e sua respectiva estátua (imagens da Figura 4), contígua ao Largo do Carmo – porque representavam uma cidade em transformação, “o espaço como símbolo de urbanidade e modernidade à época” (BEZERRA, 2019, p. 33).

Ao Largo do Carmo² foi incorporada, em 1901, a Praça João Lisboa³ sendo muito retratados nos álbuns, não por acaso, já que o lugar era diferenciado em relação a outras partes da cidade, pois ali existiam muitos serviços, lojas de mobília, tabacarias, barbearias, chapelarias, padarias, armazéns, e o lugar era arborizado. Funcionava ainda o Liceu e o jornal mais importante e de maior circulação no Maranhão à época, a Pacotilha.



Figura 4 – Notícia sobre a inauguração da Estátua de João Lisboa/ Foto da inauguração da Estátua do Tímon Maranhense



Fonte: Pacotilha (1918); Paxeco (1918).

A Praça João Lisboa foi muito citada por romancistas, cronistas e poetas que transitaram por ali nas primeiras décadas do século passado, sobretudo, por ter sido escolhida pelas lentes de Gaudêncio Cunha, que buscou eternizar o lugar como símbolo do moderno. A imagem da Figura 5 mostra um dos símbolos desta “modernidade”, os trilhos do bonde, mas como colocado por Silva Filho (2018), eles eram puxados por burros e cavalos da empresa *Ferro Carril*, serviço muito criticado na cidade, em razão do mau funcionamento, “iniciado em 1870, sobreviveu na capital por 35 dos 41 anos de vida republicana, enquanto outras capitais já experimentavam os bondes elétricos” (PALHANO, 1988, p. 296).

Gaudêncio Cunha, em seu *Álbum do Maranhão*, retratou outros logradouros, como a Rua do Giz, também conhecida como 28 de julho. Ela está situada na área de ocupação mais antiga da capital maranhense, na outrora Freguesia de Nossa Senhora da Vitória e, posteriormente no bairro da Praia Grande, é um das vias primitivas da cidade, situada paralela ao mar assim como as ruas da Estrela e Palma. Iniciava no Largo do Palácio para terminar então na Rua Nova Cascata, no entanto houve uma reforma urbana que aterrou o trecho entre o Largo do Palácio e a Rua de Nazaré. Assim, atualmente o logradouro inicia na Rua de Nazaré e termina na Rua Jacinto Maia.



Figura 5 – Trecho da Praça João Lisboa com trilhos do bonde.



Fonte: Álbum do Maranhão, 1908

No século XIX, a Rua do Giz (foto da Figura 6) abrigou casarões em estilo eclético e residências de pessoas poderosas da cidade, como o Solar da Baronesa de Anajatuba (atual prédio do IPHAN). De acordo com Santos (2021), nas primeiras décadas do século XX foi um dos principais centros financeiros e de serviços da cidade, possuindo estabelecimentos comerciais e bancários, a exemplo da Machado Cavalcanti & Cia que comercializava produtos alimentícios importados como azeite, bacalhau, refrigerantes e chocolates. Ou como a Batista Nunes & Cia que trabalhava com a venda de miudezas, estivas e cigarros. As casas bancárias eram representadas, entre outras, pelo Banco Comercial do Maranhão, pelo Banco do Maranhão, inaugurado em 1855 e pelo famoso Banco Comercial. Existiam também casas de crédito, como a Ferreira & Cia, situada no prédio de número 5, que oferecia serviços de comissões e consignações e pela Viana & Santos, situada no número 9.

Os edifícios são representados por sobrados, solares e residências de porta e janela, meia-morada e morada-inteira. Ao longo do logradouro, as construções se apresentam intercaladas ora em estilo eclético, ora em estilo moderno. O logradouro não poderia deixar de ser retratado por Cunha, já que é um dos mais emblemáticos de toda a Praia Grande.



Figura 6 – Rua do Giz no início do século XX.



Fonte: Álbum do Maranhão, 1908.

O que as fotografias das primeiras décadas do século passado não mostravam era que São Luís possuía problemáticas sociais e ambientais graves. Varíola, doenças sexualmente transmissíveis, verminoses, diarreias e tuberculose eram comuns na cidade devido às péssimas condições sanitárias presentes em seu espaço, com precariedade nos serviços de abastecimento d'água e muito lixo acumulado nos fundos das residências, em ruas desabitadas e em terrenos baldios, pois não existia um serviço regular de coleta de resíduos na cidade (PALHANO, 1988). Tais problemas foram descritos e detalhados em relatórios médicos apresentados às autoridades de saúde por médicos e sanitaristas, como no caso de Palmério Cantanhede e Victor Godinho.

Em 1903, a peste bubônica aparece na cidade em forma de epidemia, a autoridade federal da Saúde Pública, Oswaldo Cruz enviou no mesmo ano, os médicos Álvaro de Sousa Sanches e Adolfo Gomes Pereira a fim de atuarem no sentido de tomar as primeiras medidas e providências médicas, como o isolamento de doentes. Para Bezerra (2019, p. 34-35), a

“Athenas Brasileira”, quando deixada de ser concebida como uma comunidade imaginada, berço de intelectuais monumentalizados, na verdade, era uma cidade suja, com uma população condensada em um espaço restrito. Este espaço era herdeiro do período colonial, insalubre em sua maior parte, e abandonado pelo poder público, principalmente à medida que se distanciava da avenida Maranhense e da Praça João Lisboa (...) Após desembarcar no porto o indivíduo que seguisse pelo Cais da Sagração em direção ao bairro dos Remédios, passando pela praia do Genipapeiro, chegaria à Gamboa do Mato, área ocupada por uma população pobre, que habitava casas rústicas, suspensas e de madeira, constantemente afetadas pelas



águas do rio Anil. Nas redondezas outro bairro pobre se formava: o Curupira, constantemente criticado pelo engenheiro do estado Palmerio Cantanhede, em 1902. Se o viajante fizesse o caminho oposto, após passar pelo Tesouro Público da União, encontraria uma ampla região lamacenta, formada pela foz do rio Bacanga e o mar, na Praia de Madre Deus; continuando o percurso, caso não desistisse, o viajante encontraria muito lixo disperso despejado em “cofos”, animais mortos e os resíduos orgânicos deixados pelo matadouro local mais adiante, tudo isso misturando-se na lama do rio Bacanga e do mar, que nem sempre arrebataavam os detritos.

Como se pode observar a partir das palavras da autora, São Luís padecia de problemas graves, que contribuíram para a proliferação de doenças na cidade. Em 1904 é criada a “Comissão Godinho”, liderada pelos médicos Victor Godinho e Adolpho Lindenberg, com o intuito de conter o avanço da peste na urbe. Através do Decreto nº 33 de 8 de fevereiro de 1904 houve a criação de um serviço extraordinário de saúde pública.

Os Álbuns fotográficos produzidos entre 1899 e 1912 no Maranhão elegeram recortes representativos para o pensamento dominante da época, que servia, entre outras coisas, de propaganda para a elite econômica e política local em exposições no Brasil e no exterior, por isso que Barthes (2004, p. 497) já disse que a “imagem fotográfica implica uma escolha ideológica em relação ao objeto representado”, não à toa, o Álbum do Maranhão e o Álbum do Tricentenário de São Luís foram institucionais, financiados pelo poder público e os outros dois álbuns foram compostos por imagens, entre outras, de paisagens culturais e pessoas que carregavam símbolos que lembrava uma cidade limpa, higienizada, glamourizada, estabilizada e pacífica.

A PRODUÇÃO SIMBÓLICA E A RESSIGNIFICAÇÃO IMAGÉTICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM SÃO LUÍS

Depois de analisar uma delimitada produção fotográfica em São Luís, é hora de se debruçar, pouco mais de um século depois, sobre como são produzidas imagens nos espaços públicos da cidade via poder político na atualidade. Imagens estas que carregam um conjunto de sentidos e valores através de suas toponímias e de suas formas simbólicas, criando e/ou reforçando identidades e memórias nos lugares, além de permitir “a elaboração, ampliação e alteração dos múltiplos significados da paisagem urbana” (COSGROVE, 1998, p. 96), que por sua vez, pode ser compreendida como um conjunto de objetos culturais e políticos.

O espaço público possui duas dimensões claras indissociáveis, ele é próprio da ação política, podendo ser reivindicado, contestado e apropriado, sendo um “projeto de unidade política negociada a partir de certas normas de coexistência espacial sedimentadas historicamente” (MACIEL; BARBOSA, 2013, p. 262), mas também é um produto cultural e simbólico, pois possui um conteúdo diverso composto por marcas, inscrições e materialidades que geram percepções, sentimentos e intersubjetividades em sua relação com os sujeitos e grupos sociais.

É preciso, portanto, falar das estratégias governamentais em criar, reaproveitar e reinventar lugares em São Luís que se referem a elementos da cultura maranhense, a fim de que estes possam ser objeto de contemplação e refundação de identidades, lugares preparados



para novos usos e práticas espaciais ligadas ao lazer, ao turismo, aos serviços, aos protestos e aos encontros. Logradouros como ruas e praças, com seus monumentos e letreiros serão analisados em lugares de ocupação antiga na cidade. Os casos se referem à lugares de valor que possuem significados vários (históricos, culturais, sentimentais, etc.) e suas formas simbólicas que compõem a paisagem urbana: Rua do Giz, Praça do Panteon, Largo do Carmo/Praça João Lisboa, Praça dos Poetas e a Praça Mestre Antônio Vieira.

Figura 7 – Foto atual da Rua do Giz.



Fonte: Prefeitura de São Luís (2021).

A **Rua do Giz**, como já dissemos, é um dos logradouros mais emblemáticos e representativos de toda São Luís, possui grande extensão, uma escadaria feita com pedras de cantaria de 32 degraus e um casario colonial homogêneo ainda preservado, não por acaso, integra uma área de tombamento que é Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

A Rua já possuiu diferentes vocações ao longo da História, quando foi aberta no século XVIII serviu de importante passagem entre o centro de poder em São Luís (promontório/cidade alta) e o lugar que conhecemos hoje como Portinho, lugar de desembarque e comercialização de escravizados (MARQUES, 2008). Mas ao longo dos séculos XIX e primeira metade do XX, funcionou como lugar de morada de pessoas poderosas da elite local, com a presença de estabelecimentos comerciais e bancários e casas de prostituição.

Hoje o logradouro abarca novos usos e funções, embora as formas permaneçam, são “rugosidades”, expressão forjada por Milton Santos em sua obra *A Natureza do Espaço* para materialidades que não são apenas “heranças físico-territoriais, mas heranças sociogeográficas (...) pois o valor de um dado elemento do espaço é dado pelo conjunto da sociedade, e se exprime através da realidade do espaço em que se encaixou” (SANTOS, 2002, p. 43). Assim, atualmente na Rua do Giz se encontra em funcionamento as sedes de órgãos públicos



importantes para o Estado do Maranhão, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, além de outros serviços como pizzarias, bares e a Praça da Faustina, famosa por suas rodas de Tambor de Crioula, uma das manifestações culturais do “ordinário” e uma “ciência prática do singular”, expressões de Certeau e Giard (1996) que remetem à vida cotidiana e suas práticas sociais.

Em abril de 2021, a Rua do Giz (foto da Figura 7) foi eleita pela *Revista Casa Vogue* a sexta mais bonita do Brasil, justamente pelo seu conjunto arquitetônico rico e preservado. Este fato repercutiu em diversas matérias jornalísticas em São Luís, fazendo com que a prefeitura anunciasse em agosto do mesmo ano uma requalificação do logradouro. O prefeito Eduardo Braide assinou uma ordem de serviço com recursos da ordem de R\$ 462.383,32 que foram destinados para intervenções de restauração nas fachadas de 13 imóveis, reforma e limpeza das escadarias, recomposição da pavimentação e nova iluminação em LED (RUA DO GIZ, 2021). Segundo o prefeito em suas redes sociais, os “serviços visam potencializar as características históricas e a valorização da área, promovendo mais qualidade de vida para a população que reside na região e estímulo ao turismo e comércio local”.

A Rua do Giz foi apropriada também pelo discurso e prática do poder público municipal, que viu nela uma oportunidade de ressignificar e atrair moradores e turistas para o logradouro, que possui sua relevância para a preservação da memória dos grupos sociais da Praia Grande e da cidade de São Luís como um todo. Para Boyer (1996, p. 321), os lugares na cidade histórica “nos ensinam que a própria paisagem urbana é a corporificação emblemática do poder e da memória (...) por intermédio de construções monumentais e mnemônicas”. O fato de ter sido eleita uma das ruas mais bonitas do país é mais uma memória a ser acrescentada no rol do imaginário do povo, um “imaginário espacial (...) composto de complexas imagens de coisas” (GOMES, 2017, p. 141).

Outra forma simbólica representativa na São Luis do início da terceira década do XXI é a **Praça do Panteon**, localizada onde esteve presente o antigo quartel militar, é desses lugares em São Luís construídos para eternizar nomes de personalidades – através da inserção de monumentos e estátuas – que remontam um passado mítico na cidade, relacionados à Atenas Brasileira⁴ alguns exemplos são representativos em São Luís, como as praças Gonçalves Dias, João Lisboa, Odorico Mendes, Antônio Lobo e Benedito Leite.

A Praça foi inaugurada juntamente com a Biblioteca Pública Benedito Leite em 1950 e contava apenas com o busto de Artur Azevedo, embora a denominação “Panteon” tenha se efetivado em 1954, quando o Instituto Histórico e Geográfico solicitou à Câmara dos Vereadores este nome para o local, que também foi doado ao IHGM pelo projeto de lei nº 11, do vereador Walter Bessa (PARECER, 1954, p. 4). Os bustos em homenagem aos vultos literários do Estado foram sendo inaugurados durante todo o século XX. Ainda nos anos 1950 foram colocados os monumentos em deferência à Raimundo Correia (1954), Dunschee de Abranches (1958) e Nascimento Moraes (1959).

A Praça é um lugar para homenagear personalidades importantes das Letras no Maranhão, em 1998, através da lei municipal nº 3.697, designou Praça do Panteon como local



de homenagem póstuma oficial e permanente àqueles que tenham prestado relevantes contribuições às Letras e às Artes no Maranhão (LIMA, 2007). Juntaram-se aos bustos de bronze de Artur Azevedo, Raimundo Correia, Dunschee de Abranches e Nascimento Moraes a partir de uma reforma do lugar nos anos 1970, o de mais 13 intelectuais, são eles Gomes de Souza, Henriques Leal, Humberto de Campos (roubado em 2005), Corrêa de Araújo, Gomes de Castro, Urbano Santos, Maria Firmina dos Reis, Bandeira Tribuzi, Arnaldo de Jesus Ferreira, Coelho Neto, Raimundo Teixeira, Silva Maia e Clodoaldo Cardoso. Nos anos 1980 foi acrescentado o busto de Ribamar Bogéa e em 2006, após sua morte, o de Josué Montello.

Figura 8 – Visão do alto da Praça do Panteon e Biblioteca Benedito Leite. Bustos na Praça do Panteon após requalificação em dezembro de 2018.



Fonte: Meireles Junior (2019); O Imparcial (2018).

No fim de 2018, a Praça do Panteon passou novamente por uma profunda requalificação (fotos da Figura 8), a maior de sua História, sob os auspícios do IPHAN e da Prefeitura de São Luís, com recursos do PAC das Cidades Históricas do Governo Federal que totalizou quase 32 milhões de reais. A área entregue, chamada de *Complexo Deodoro*, incluiu além da Praça do Panteon, a Praça Deodoro, as alamedas Gomes de Castro e Silva Maia e as quatro primeiras quadras da Rua Grande. Os 18 bustos foram restaurados e recolocados no lugar depois de permanecerem por 13 anos no pátio do Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Em setembro de 2022, o escultor maranhense Eduardo Sereno confeccionou mais 7 bustos, sendo um deles o de Humberto de Campos, que tinha sido roubado. Os outros 6 bustos homenageiam Nascimento Moraes Filho, Celso Magalhães, Jomar Moraes, Sousândrade, Aluizio Azevedo e Ferreira Gullar, totalizando 25 bustos.

Para Corrêa (2005, p. 11), “os monumentos apresentam forte potencial para perpetuar antigas tradições, fazer parecer antigo o que é novo e representar valores como se fossem de todos”. De fato, a Praça do Panteon ratifica e eterniza em nomes e monumentos uma tradição mitológica, uma identidade (BORRALHO, 2009) criada por uma elite intelectual minoritária no século XIX em São Luís de que somos um lugar que se assemelha aos padrões eruditos ocidentais, legitimados por uma intelectualidade peculiar, que nos diferenciava de outras regiões do país, o que na realidade constituiu uma espécie de estereótipo da sociedade



ludovicense, como se a maioria dela fosse culta, um discurso que camuflava a pobreza, o analfabetismo, as práticas patrimonialistas, clientelistas e a alta concentração de riqueza.

A Praça do Panteon, desde a sua fundação, serviu e ainda serve como um lugar de encontros, festas populares e religiosas, comícios, apresentações, além de um espaço para protestos e reivindicações. A sua imagem e nome é comumente confundida com a Praça Deodoro, a sua reforma em 2018, pode ser vista como uma tentativa explícita de resgatar e refundar a identidade da *Atenas Brasileira*, pois como já escreveu Corrêa (2005, p. 12), “construídos pelo Estado, os monumentos objetivam o fortalecimento de identidades em baixa ou que necessitam serem criadas”, e tal espaço público, tanto pelo seu uso, quanto pela sua imagem, possui a possibilidade de gerar discursos e práticas ligadas ao saber e à literatura.

Outro lugar carregado de simbolismos e significados na paisagem urbana ludovicense é a **Praça João Lisboa** e o **Largo do Carmo** (fotos da Figura 9). Em 2020, a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo passaram por uma substancial reforma empreendida pelo prefeito Edivaldo Holanda Junior em parceria com o IPHAN. Dentre as modificações, houve a colocação de paralelepípedos e novo calçamento, a restauração da estátua do Frei capuchinho Carlos Olearo e do Relógio público e da Estátua de João Lisboa, que ganhou mais visibilidade com o paisagismo feito no local.

Houve ainda a demolição do antigo Abrigo da Praça João Lisboa, que fora construído no início dos anos 1950, onde funcionavam 10 boxes para lanches e refeições e três bancas, sendo instalado um jardim em seu lugar. Segundo o Jornal O Imparcial (ABRIGO, 2020), a prefeitura alegou que a estrutura estava comprometida e precisava ser retirada e os trabalhadores indenizados. Na realidade, é possível afirmar que o poder público tem realizado um processo de higienização ou “gentrificação” (SMITH, 2007) no espaço urbano, ou seja, uma reestruturação espacial que visa a retirada de populações humildes de seus locais de moradia ou de trabalho, a fim de dar um ar mais moderno e aprazível à paisagem urbana. O “Programa São Luís em Obras” e o “Programa Nosso Centro” são exemplos deste processo de segregação e cerceamento de serviços mais tradicionais e humildes no Centro Histórico, que devem ser, na concepção do poder público, lugares destinados às classes mais favorecidas na cidade e aos turistas.



Figura 9 – Monumento de João Lisboa restaurado na praça que leva seu nome. Largo do Carmo com a estátua do Frei Carlos Olearo e o Relógio ao fundo



Fonte: O autor, 2020; Walber Oliveira/O Imparcial (2018)

O ato de nomear lugares é sempre uma necessidade dos grupos humanos, daí decorre seu caráter cultural, mas também pode ser uma imposição ligada às formas de poder. A cidade é um lugar onde se inscrevem essas marcas do poder, seja na forma de monumentos, placas, praças, ruas e seus respectivos topônimos. Para Foucault (2014, p. 45), o que faz com que o “poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. Desta forma, houve por parte da população de São Luís uma aceitação quase que imediata dos monumentos e dos nomes dos logradouros ligados aos intelectuais dos séculos XIX e XX, já que isso era uma forma se orgulhar desta terra “singular” e “distinta”, produtora de nobres personagens ligados às Letras.

No caso da Estátua de João Lisboa, há dois aspectos a considerar, ela é ao mesmo tempo, uma obra de arte e uma materialidade carregada de valor simbólico e afetivo, muitos habitantes em São Luís sabem onde fica a Praça, ela não é apenas esse ponto de referência importante, mas também um objeto que “atua sobre a memória (...) que se refere a um passado localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade” (CHOAY, 2006, p. 18). João Lisboa é um desses vultos impregnado do imaginário de toda uma geração em São Luís, aceito como uma das mais importantes personalidades públicas, como jornalista, intelectual e polemista. A imagem de João Lisboa na praça pode ser vista como uma espécie de “metonímia geográfica” (MACIEL; BARBOSA, 2013), uma imagem de consenso possível, não apenas uma imagem “batida” na paisagem, mas inserida dentro de um sistema de pensamentos e de valores sobre o espaço.

Além das reformas em lugares simbólicos já existentes na ilha, com seus monumentos restaurados, calçamentos novos que suscitam a revalorização de seus significados, existem ainda estratégias do poder público em criar novos espaços de contemplação da cultura local, como a recém-inaugurada **Praça dos Poetas** (fotos da Figura 10), descrita assim no portal do Governo do Estado do Maranhão:



A “Atenas Brasileira”, prestes a completar 408 anos, ganhou um espaço para homenagear as gerações de poetas e escritores maranhenses. Localizada na Avenida Dom Pedro II, no Centro Histórico de São Luís, a Praça dos Poetas foi entregue à população e se junta a outros espaços de lazer e cultura da capital que foram revitalizados. A Praça conta com um mirante e, no trajeto até ele, são homenageados dez escritores e poetas maranhenses: Ferreira Gullar, Catulo da Paixão Cearense, Nauro Machado, Sousândrade, Bandeira Tribuzi, José Chagas, Gonçalves Dias, Maria Firmina, Dagmar Desterro e Lucy Teixeira (SÃO LUÍS 408).

É possível perceber na Praça dos Poetas, formas simbólicas aprazíveis para o público que a visita e frequenta, a primeira delas é a paisagem que pode ser visualizada no mirante do lugar, de frente para os estuários dos rios Anil e Bacanga, com vistas para a ponte do São Francisco sobre o rio Anil e a verticalização da cidade nova. As outras formas simbólicas se referem aos letreiros, imagens e monumentos com as cabeças dos poetas, neles encontram-se poemas estampados nas paredes e outros suportes, além de um letreiro com o nome da praça, coisa comum em diversas obras da gestão Flávio Dino – a exemplo da Praça da Lagoa da Jansen, do Espigão Costeiro, do Parque do Rangedor e do Parque São João Paulo II – uma tática que permite que visitantes eternizem em fotos a passagem por esses lugares. Desta forma, os lugares, “as paisagens e nelas os monumentos, são objetos de plurivocalidade, que confere a estes um sentido político” (CORRÊA, 2005, p. 14). A Praça dos Poetas, assim como uma série de obras do mesmo naipe, de (re)valorização e ressignificação da cidade histórica, foi inaugurada em setembro de 2020, quando São Luís estava prestes a completar aniversário.

Figura 10 – Duas perspectivas da Praça dos Poetas.



Fonte: Governo do Estado do Maranhão, 2020.

A tentativa de resgatar elementos da *Atenas Brasileira* – como já mencionado neste texto – em outros espaços e monumentos públicos e também na matéria do *site* do Governo do Estado, o poder político local tenta, a todo custo, “vender” uma imagem ligada aos ideais civilizatórios, artísticos e humanistas, usando os poetas maranhenses como trampolim para isso, sobretudo para turistas, que não compreendem as motivações reais e o verdadeiro sentido dessas homenagens, e assim este lugar pode ser “poetizado” pelos sujeitos. “impondo uma ordem externa da cidade à sua lei de consumo de espaço” (MAYOL, 1996, p. 45).



Portanto, é preciso afirmar que tais imagens (re)criadas pelo poder político são impregnadas de intenções e ideologias, sejam elas de cunho estético, artístico, cultural, popular ou mercadológico.

Outra iniciativa do Governo do Estado do Maranhão foi a construção de um novo espaço cultural em São Luís, as margens da Avenida Getúlio Vargas, no tradicional bairro do Monte Castelo, trata-se da **Praça Mestre Antônio Vieira** (fotos da figura 11). Entregue à população no dia 31 de julho de 2021, o lugar já nasce impregnado de fortes elementos representativos da cultura popular e musical local. O homenageado foi um músico ludovicense, representante da poesia em forma de canções, suas melodias se referiam a ritmos de Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula, sambas, valsas, choros e boleros, evocando elementos coloquiais e bem-humorados do cotidiano da cidade e sua gente.

A Praça Mestre Antônio Vieira possui a Estação do Choro, um espaço para exposições culturais e ações sociais. O nome é uma referência à antiga Estação de Bondes, que havia no terreno – que também abrigou um mercado de hortifrutigranjeiros – e à tradição musical do choro maranhense. A iniciativa governamental, neste caso, abre possibilidades do lugar possuir usos e funções que valorizem a coexistência e os encontros em torno de exposições artísticas, atividades físicas e de lazer, reforçando laços sociais de amizade, alteridade e identidade.

Cirese (1980, p. 51), concebe a cultura popular “como um uso e não como uma essência, como posição relacional e não como substância, já que nem tudo que vem cima são valores da classe dominante”, isto é reforçado pelo grafite nos muros da Praça feitos por artistas da periferia de São Luís, que retratam não somente o Mestre Antônio Vieira, mas outros artistas locais de projeção nacional, como Alcione e Zeca Baleiro. Nas palavras de Santos (2002, p. 327),

A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o seu lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança, seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo.



Figura 11 – Praça Mestre Antônio Vieira no bairro do Monte Castelo



Fonte: Governo do Estado do Maranhão, 2020.

Destarte, as palavras do saudoso geógrafo baiano rompem barreiras de um cotidiano subalternizado, de opressões e sinalizam possibilidades de uma *práxis* libertadora, criativa e inventiva, levando em consideração todas as formas de vivências e experiências na construção de novos sentidos sobre o espaço, ao que o próprio autor denominou de “contrarracionalidades” (SANTOS, 2002), relações elaboradas pelos homens lentos, que podem redescobrir pela consciência seu estado de exclusão para então realizarem novas práticas espaciais. A Praça Antônio Vieira pode ajudar nessa descoberta em busca da produção de uma nova História para os moradores e frequentadores do lugar.

Nos dias de hoje, as imagens produzidas da cidade, oriundas do poder político, não se encontram mais em Álbuns como se fazia há pouco mais de 100 anos, mas em outros meios de divulgação, acessíveis a uma imensa parcela da população, qual seja nos *sites* institucionais, *outdoors* e, sobretudo, redes sociais, desta forma, no mundo contemporâneo, a história sofre pressão das memórias coletivas e seus lugares simbólicos, topográficos e funcionais, mas como nos afirma Le Goff (2013, p. 433)

Os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem parte da memória

Esses lugares da história que se refere o historiador francês são de grande valia para os geógrafos, já que sua materialidade, seus objetos – intencionalmente criados por certos grupos sociais de poder, para disseminar seus discursos e perpetuar suas ideologias – são testemunha e expressão de experiências passadas que repercutem no presente e abrem possibilidades para o futuro. De acordo com Santos (2002, p. 157), a “história real de vida dos lugares mostra que os objetos são inseridos num meio segundo uma ordem, uma sequência, que acaba por determinar um sentido aquele meio”, isto quer dizer que a noção de tempo é inerente a ideia dos objetos e seus significados, algo que se realiza por meio dos lugares.



A concepção de identidade em relação aos lugares é bem importante, Hall (2006) ao discorrer sobre identidades nacionais afirma que elas são formadas e transformadas no interior de uma representação. Assim, as pessoas não são apenas cidadãs de uma nação, mas participam de uma ideia de nação. Para Hall (2006, p. 50-51), “uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos (...) as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades”. Tais sentidos só se revelam através de estórias contadas sobre a nação, que une passado e presente pelas imagens que construíram dela.

A ideia de Stuart Hall sobre identidades nacionais se encaixa em uma escala geográfica menor, a do lugar, no caso à de São Luís. Aqui a elite política e intelectual construiu uma ideia mítica de Atenas Brasileira no final do século XIX e início do XX, ideia intimamente relacionada a um sentimento de valorização da sociedade e do lugar perante o Brasil. O sentimento ufanista na cidade se alastrou e ficou impregnado no imaginário da população por muito tempo. Os ludovicenses se orgulhavam – muitos ainda se orgulham até hoje – por habitarem um território em que nasceram grandes intelectuais ligados às Letras, pertencerem a uma cidade fundada por franceses e de falar o melhor português do Brasil, mitos, como já foi dito, que se consolidaram no imaginário de toda uma geração e que são repassados para as gerações mais novas como verdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens sobre São Luís, tanto no início do século XX, como no período atual se inserem num bem construído ideal sobre o urbano, pois se identificam com uma materialidade ligada a uma *intelligentsia* que surge no século XIX e que até hoje é imortalizada em espaços públicos carregados de simbolismos, contribuindo para perpetuar identidades e uma memória coletiva em São Luís.

A criação da identidade ligada aos intelectuais e escritores em São Luís está gravada nos monumentos e logradouros do centro antigo, lugares agora revalorizados pelas reformas e requalificações recentes feitas poder político, que também forja novos lugares com a mesma temática, incrementada por valores da cultura popular, como nos casos da Praça Mestre Antônio Vieira e do Parque São João Paulo II (não analisado nesta oportunidade).

São lugares marcados, tantas vezes impostos como símbolos repletos de ideais eruditos, de refinamento, ligados à civilização ocidental e cristã, para serem lembrados e perpetuados através de uma memória coletiva que se afasta e dificulta a crítica dos eventos passados por estudiosos como historiadores, geógrafos, antropólogos e sociólogos, muito embora, nos casos ligados à cultura popular, os lugares podem ser de descoberta e suas ações comunicativas se mostram essenciais para os grupos que nele estão, já que o passado comparece “como uma das condições para a realização do evento, mas o dado dinâmico na produção da nova história é o próprio presente, isto é, a conjunção seletiva de forças existentes em um dado momento” (SANTOS, 2002, p. 330).



Os lugares novos e suas materialidades, mesmo impostos, possuem possibilidades de geração de novas ações na esfera pública que favorece grupos marginais e ditos subalternos modificarem as formas de produção de suas existências.

NOTAS

1 – “Um imaginário constitui um conjunto articulado de inúmeras cenas, de relações e fluxos, no qual a sucessão de imagens produz sentidos diversos e arranjos de significação intercambiáveis. No imaginário espacial, a unidade fundamental é a dos sistemas de lugares” (GOMES, 2017, p. 141).

2 – A praça e o largo abrigaram um dos principais símbolos do Império, o Pelourinho, uma coluna erguida em espaço público, controlado pelo poder político, e na qual se executavam penas de suplício, não somente castigos a escravos, mas a infratores e criminosos. Pouco antes da Proclamação da República, “foi vandalicamente destruído pelo povo a incitamentos da oratória ferosa do grande tribuno Paula Duarte” (VIEIRA FILHO, 2017, p. 155).

3 – Foi através da Resolução n.º 14, que, em julho de 1901, o então Largo do Carmo recebe o nome de Praça João Lisboa, homenagem a um dos grandes intelectuais que o Maranhão teve no século XIX. De acordo com Santos Neto (2006), em texto produzido para o Suplemento *Guesa Errante* do Jornal Pequeno, foi o então Deputado Estadual Viriato Correia que, através de um projeto de Lei mandou erigir uma estátua em homenagem ao grande mestre do jornalismo maranhense. Foi então por meio de uma lei Estadual, que houve a autorização para a construção do monumento, de autoria do escultor francês Jean Magrou e que viria a ser inaugurado no ano de 1918, como pode ser observado na fotografia de 1918, extraída do livro de Fran Paxeco intitulado *A Estátua de João Lisboa*.

4 – “A Atenas Brasileira rendeu ao Maranhão e ao maranhense o estatuto de ateniense, generalizando o que era mais imaginário que real, dissimulando a divisão concreta e efetiva daquela sociedade elitista e preconceituosa. Aludida mitologia cultivada pela classe dominante foi repetida, acreditada e transmitida e toda a sociedade (...) A ideia de que a Atenas Brasileira era especial e superior foi aceita também pelos menos favorecidos, e o Maranhão em seu declínio econômico e cultural, por várias décadas foi nutrido por este orgulho (LACROIX, 2008, p. 67).

REFERÊNCIAS

A ESTÁTUA de João Lisboa. **Pacotilha**. São Luís, 1 jan. p. 1. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pesq=%22a%20estátua%20de%20joão%20lisboa%22. Acesso em 22 mar. 2019.

ABRIGO da Praça João Lisboa é demolido. **O Imparcial**. São Luís, 17 de out. 2020. Disponível em: <[Abrigo da Praça João Lisboa é demolido | O Imparcial](#)>. Acesso em 15 ago. 2021.

ÁLBUM. **Recordações do Maranhão (Brasil)**. São Luís-MA: Typogravura Teixeira, 1908.

BARTHES, R. **O grão da voz**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004. 526p.

BEZERRA, M. P. **Nos Sertões do Norte: Saúde pública e Saneamento no Maranhão (1889-1930)**. 448f. 2019. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.



- BORRALHO, J. H. P. **A Athenas Equinocial**: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. 2009. 334f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2009.
- BOYER, M-C. **The City of Collective Memory**: Its Historical Imegery and Architectural Entertainments. Cambridge: Mit Press, 1996. 572p.
- CERTEAU, M.; GIARD, L. Uma ciência prática do singular. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A Invenção do Cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 335 – 342.
- CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 283p.
- CIRESE, A. M. **Ensayos sobre las culturas subalternas** (Volume 24 de cuadernos de La casa chata). Guadalajara: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 1979. 154p.
- CORRÊA, J. R. C. C. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. 2. ed. São Luís: Engenho, 2017. 618p. (Coleção Biblioteca Básica Maranhense – Volume 2).
- CORRÊA, R. L. Monumentos, Política e Espaço. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia**: Temas sobre Cultura e Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005, p. 9-42.
- COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 92-123.
- CUNHA, G. **Álbum do Maranhão em 1908**. São Luís-MA: Photographia União, 1908.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 432p.
- GOMES, P. C. C. **Quadros Geográficos**: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017. 158p.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102p.
- HOBSBAWM, E. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.
- LACROIX, M. L. L. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 3. ed. São Luís: Editora UEMA, 2008. 184p.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. 7ª ed. revista. Campinas: Editora Unicamp, 2013. 499p.
- LIMA, C. **Caminhos de São Luís**: ruas, logradouros e prédios históricos. São Paulo: Editora Siciliano, 2002. 242p.
- MACIEL, C. A. A.; BARBOSA, D. T. Democracia, Espaço Público e Imagens da Cidade do Recife. In: CASTRO, I. E.; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. **Espaços da Democracia**: para a agenda da Geografia Política Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 261-293.
- MARQUES, C. A. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. 3. ed. Revista e Ampliada. São Luís: AML, 2008. 1029p. (Documentos Maranhenses – 20).
- MAUAD, A. M. Através da Imagem: Fotografia e História, Interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em: <[Através da Imagem: fotografia e história-interfaces | Laboratório de História Oral e Imagem \(uff.br\)](#)>. Acesso em 10 de ago. 2021.
- MAYOL, P. O Bairro. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A Invenção do Cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 37-45.
- NORA, P. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: [ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES | Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História \(puccsp.br\)](#). Acesso em 12 jan. 2019.
- PALHANO, R. N. S. **A produção da coisa pública**: serviços e cidadania na primeira república: republica ludovicense. São Luís: IPES, 1988. 321p.
- PARECER favorável na Câmara Municipal sobre a denominação 'Praça do Panteon'. **Pacotilha: O Globo (MA)**. São Luís, 29 mar. 1955. Disponível em: <[Pacotilha : O Globo \(MA\) - 1949 a 1962 - DocReader Web \(bn.br\)](#)>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- PAXECO, F. **A Estátua de João Lisboa**. Academia Maranhense, São Luís: Tipografia Teixeira, 1918. 84p.
- RUA DO GIZ, no Centro Histórico, receberá obra de requalificação. **O Imparcial**, São Luís, 9 ago. 2021. Disponível em: <[Rua do Giz, no Centro Histórico, receberá obra de requalificação | O Imparcial](#)>. Acesso em 13 set. 2021.
- SANTOS, L. E. N. **O Urbano Ludovicense**: produção e fragmentação do espaço, território, planejamento, cultura e outras reflexões. São Luís: EDUFMA; Porto Alegre: Editora Fi, 2021. 310 p.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. 392p. (Coleção Milton Santos; 1).
- SANTOS NETO, Manoel. O Universo Poético das Ruas e Praças de São Luís (IV). **Jornal Pequeno**, São Luís, 20 jan. 2006. Suplemento Literário Guesa Errante, Ed. 118. Disponível em: <<http://www.guesaerrante.com.br/2006/1/20/Pagina663.htm>>. Acesso em 10 ago. 2021.
- SÃO LUÍS 408: Flávio Dino entrega Praça dos Poetas, no Centro de São Luís. **Portal do Governo do Maranhão**. São Luís, 4 set. 2020. Disponível em: <[São Luís 408: Flávio Dino entrega Praça dos Poetas, no Centro de São Luís – Maranhão de Todos Nós \(www.ma.gov.br\)](#)>. Acesso em 16 ago. 2021.



SILVA FILHO, J. O. **A Construção de uma visualidade sobre o Maranhão a partir de Álbuns de Vistas (1899-1913)**. 2018. 272f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Porto Alegre, 2018.

SMITH, N. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 11, n. 1, p. 15-31, 2007. Disponível em: [GENTRIFICAÇÃO, A FRONTEIRA E A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO | GEOUSP Espaço e Tempo \(Online\)](#). Acesso em 15 ago. 2020.

COMO CITAR ESTE TRABALHO

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. Imagens, lugares simbólicos e identidade: a criação e a ressignificação da paisagem urbana em São Luís, Maranhão. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 20, n. 1, p. 167-188, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2024.69109>. Acesso em: DD MM. AAAA.